

## A natureza do trabalho pedagógico

Vitor Henrique PARO \*

*(Prova escrita do concurso de Ingresso na Carreira docente na disciplina "Organização do Trabalho na Escola" do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da USP, realizado em 30/4/1992. As referências bibliográficas no final do texto foram acrescentadas tendo em vista esta publicação.)*

A consideração a respeito do trabalho pedagógico precisa ter presente, preliminarmente, o próprio conceito de trabalho humano "em geral". Se, como faz Marx, consideramos o trabalho como "uma atividade adequada a um fim", estamos supondo o trabalho como característica essencialmente humana, como o que identifica o homem e o diferencia do restante da natureza. Isto porque só ele é capaz de estabelecer objetivos, calcados em valores, e buscar sua concretização. Neste sentido, é também o trabalho que empresta ao homem sua característica histórica. O meramente natural não tem história. Quando consideramos uma espécie animal, por exemplo, no período de cem anos, constatamos não ter havido mudança. O animal é o mesmo no decorrer do tempo porque está preso a sua necessidade (ou "necessariedade") natural. Isto porque conceituamos o animal em sua finitude natural. Com o homem a coisa é diferente. O homem de hoje é substancialmente diferente, substancialmente outro em relação ao homem de cem anos atrás. Isto porque o conceito de homem não se detém em sua finitude corpórea ou natural. O homem é sua "porção" natural e aquilo que ele produz. E aquilo que ele produz modifica permanentemente seu meio. O homem é ao mesmo tempo natureza (domínio da necessidade) e negação da natureza (domínio da liberdade). Esta transcendência do meramente natural que o faz um ser histórico o homem consegue pelo trabalho.

No processo de trabalho o homem relaciona-se com a natureza e com os outros homens. Homem nenhum é capaz de produzir diretamente sua existência, o que empresta ao trabalho (o meio pelo qual ele produz sua existência) uma caracte-

---

(\*) Professor Associado do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

rística necessariamente social. Nesse processo de trabalho, estão envolvidos elementos da natureza e do próprio homem. Os primeiros referem-se ao objeto de trabalho e aos instrumentos de trabalho. O objeto de trabalho é a própria matéria sobre a qual se dá o trabalho humano. Ele é transformado no processo e incorpora-se no produto final. Os instrumentos de trabalho são os elementos utilizados pelo homem para transformar o objeto de trabalho. Não se incorporam materialmente no produto, já que sua transformação se dá na forma de desgaste, não originando nenhum novo produto. Os instrumentos de trabalho já têm trabalho humano incorporado; o objeto de trabalho não necessariamente. Este, quando tem trabalho humano incorporado, costuma denominar-se matéria-prima. Além de objeto de trabalho e instrumentos de produção, também chamados, em seu conjunto, de meios de produção, o processo de trabalho exige a presença da energia do próprio homem, denominada de força de trabalho. Esta força de trabalho pode ser mais ou menos qualificada e, contraditoriamente, é despendida na atividade que o homem empreende para produzir sua própria força de trabalho. É necessário, portanto, que, na produção social de sua existência, através do trabalho, o homem produza mais do que o necessário para sua subsistência, ou seja, para além daquilo que é necessário para a existência de sua força de trabalho.

Quando transportamos esses conceitos para o trabalho pedagógico<sup>1</sup>, algumas novas especificações precisam ser feitas. Em primeiro lugar, é preciso ter presente que se trata de um trabalho não-material. Seu produto não é um objeto tangível, mas um "serviço". Isto levou a que Marx entendesse que o trabalho pedagógico escolar não pudesse ser subsumido senão formalmente na sociedade capitalista, em virtude da "natureza mesma" desse trabalho. Para ele, há dois tipos de trabalho não-material. Um que, apesar de ser em essência não-material, acaba assumindo alguma corporeidade para entrar no mercado capitalista, como acontece, por exemplo, com a produção de livros. Neste tipo de trabalho, processa-se a separação entre a produção e o consumo. Mas há outro tipo de trabalho não-material cuja produção e consumo se dão simultaneamente. É o caso, por exemplo, do trabalho do ator no teatro, do palhaço no circo e do professor na sala de aula.

Dermeval Saviani (*Ensino público e algumas falas sobre universidade*) faz uso dessas aproximações de Marx para advogar uma especificidade da educação escolar que estaria fundada na não separação entre produção e consumo e na conseqüente impossibilidade de subordinação *real* do trabalho ao capital no processo de produção pedagógico. Alguns autores (Arroyo, Sá, Mazzotta etc.) tentam contestar a tese de Saviani, procurando demonstrar que o capitalismo está sim presente na escola. Esta tentativa se mostra, todavia, frustrada, em nosso entender, já que buscam demonstrar precisamente aquilo que, tanto Marx, quanto Saviani já tomam co-

---

(1) Para facilitar a exposição, e dentro do conteúdo da disciplina "Organização do Trabalho na Escola", estarei me referindo concretamente ao trabalho pedagógico escolar.

mo suposto para suas reflexões, ou seja, que a relação pedagógica que se dá na escola privada subsume-se formalmente ao capital. Alguns dos trabalhos que se opõem à tese de Saviani chegam ao absurdo de sugerir que também na escola pública se dá a subordinação do trabalho ao capital.

Sem negar a importância dos trabalhos que se produzem sobre o assunto, creio que a tese de Saviani tem ficado intocada naquilo que ela tem de mais vulnerável, ou seja, o apelo à "natureza mesma" da educação escolar como processo de trabalho cuja produção e consumo se dá ao mesmo tempo. Ao fazer isso, Saviani supõe "a atividade de ensino, a *aula*" (grifo meu), como o produto da educação escolar que não se separa de seu consumo pelos alunos. Em meu livro *Administração Escolar: introdução crítica* procurei demonstrar que a análise da natureza do processo pedagógico enquanto trabalho humano exige a consideração de um conceito mais abrangente de produto de tal processo.

Na sociedade capitalista a aula é, de fato, considerada o produto do processo de educação escolar. É a aula, enquanto mercadoria, que se paga, no ensino privado. É também a aula que se tem como serviço prestado pela escola (pública ou privada) e que se avalia como boa ou ruim. Todavia, um exame mais acurado irá revelar que a aula consiste tão-somente na atividade que dá origem ao produto do ensino. Ela não é o produto do trabalho, mas o próprio trabalho pedagógico. Uma concepção da educação enquanto relação social que se dá entre sujeitos com iguais condições no domínio da sociedade civil (Gramsci) nos revelará que o produto de tal processo é algo mais complexo do que o suposto por Saviani. Entendida a educação como a apropriação de um saber (conhecimentos, valores, atitudes, comportamentos etc.) historicamente produzido e a escola como *uma das* instâncias que provêem educação, a consideração de seu produto não pode restringir--se ao ato de aprender. Neste ato, o educando apropria-se de um saber que a ele é incorporado. Há, portanto, algo que permanece para além do ato de aprender. Neste sentido, o educando não se apresenta unicamente como consumidor. Se se permite a analogia com o mundo da produção material, o aluno não é apenas consumidor do produto mas também *objeto de trabalho*. Sua semelhança com o conceito de objeto de trabalho visto anteriormente faz sentido, na medida em que ele é o verdadeiro objeto "sobre o qual" se processa o trabalho pedagógico e que se "transforma" nesse processo, permanecendo para além dele. As analogias com o processo de produção material, entretanto, não podem ir muito além disso. Enquanto no processo de produção material o objeto de trabalho opõe resistência a sua transformação de forma meramente passiva, a resposta do educando nesse processo se dá de acordo com sua especificidade humana que é ao mesmo tempo natural e transcendência do natural. É, pois, uma participação *ativa*, enquanto ser histórico. Em vista disso, o papel do educado no processo de produção pedagógico se dá não apenas na condição de consumidor e de objeto de trabalho mas também na de sujeito, portanto de "produtor" (ou co-produtor) em tal atividade. Além disso, no processo material de produção, as

modificações imprimidas no objeto de trabalho são de natureza material enquanto que a transformação que se dá no processo pedagógico diz respeito à personalidade viva do educando, pela apropriação de conhecimentos, atitudes, valores, habilidades, técnicas etc.

De qualquer forma, se o processo de trabalho pedagógico se realizou a contento, consideramos que o educando que "sai" do processo é diferente daquele que aí entrou. É esta diferença que constitui verdadeiramente o produto da educação escolar. A consequência desse conceito de produto pedagógico é a refutação da idéia de que, no processo de trabalho pedagógico, o produto não se separa da produção. Na verdade, esta separação se dá de fato, na medida em que, para além do processo, permanece algo que é utilizado pelo educando pela vida a fora. É claro que tal separação não se dá nos moldes absolutos em que se verifica na produção material. Nesta, há um intervalo entre produção e consumo, de tal forma que o produto se destaca completamente da produção. No caso da produção pedagógica, o consumo se dá imediatamente, como observa Saviani, mas não *apenas* imediatamente, já que se estende para além do ato de produção.

Parece que a atitude de considerar a aula como o produto vendável da educação – portanto, como mercadoria – além de refletir uma concepção "tradicional", "bancária" (Paulo Freire), da educação escolar, tem a ver também com a tendência presente na sociedade capitalista de reduzir todas as relações sociais a relações comerciais de compra e venda. Talvez fosse importante se pesquisar até que ponto a utilização "fetichizada" da aula tem a ver com a escamoteação da qualidade do ensino público. No ensino privado, na medida em que tal mercadoria é paga (ou melhor, explicitamente paga, já que no sistema público o ensino também é pago, só que indiretamente), supõe-se que os pais têm o direito de aferir sua qualidade, cobrando da escola um ensino melhor. No ensino público, entretanto, o não pagamento explícito pela "mercadoria" aula supõe que seus usuários não têm o direito de contestar sua qualidade. De qualquer forma, tanto num quanto noutro caso, a natureza complexa do processo pedagógico fica encoberta pela aparência de uma mercadoria que se supõe tão facilmente avaliável quanto outra qualquer mas que, em sua especificidade de relação social, exige mecanismos muito mais apurados e complexos para uma adequada avaliação. Na ausência de tal avaliação, culpa-se o usuário pela incompetência da escola.

O fato de Saviani não ter conseguido demonstrar a não possibilidade da subordinação real do trabalho pedagógico ao capital não significa que devemos dar razão àqueles que consideram plenamente possível essa subordinação. Na verdade, a utilização massiva da tecnologia educacional nos moldes do tecnicismo pedagógico pode levar à impressão de que o trabalho pedagógico já se encontra em muitas partes subordinado de modo radical e não apenas formalmente ao modo de produção capitalista. Acredito, entretanto, que isso só pode dar-se com o custo da des-

caracterização do próprio processo pedagógico enquanto relação social. Expliquemos.

No processo de produção material a subordinação *real* do trabalho ao capital se deu na forma da transformação do processo de trabalho de acordo com os interesses da produção capitalista. A subordinação formal (compra e venda da força de trabalho) possibilitou o comando do capitalista na produção, detonando todo um processo que terminou por dividir "tecnicamente" o trabalho e separar concepção de execução, colocando nas mãos do capital a concepção e deixando a execução por conta do trabalhador. Nesta produção material, o saber (enquanto *saber fazer*) não precisa estar presente no ato da produção. O que acontece é todo um processo histórico no final do qual o capital apropria-se inteiramente desse saber, desqualificando o trabalhador. Este, que, formalmente (ou seja, de fato, mas por meio de uma relação social que encobre o real), já se encontrava sob o domínio do capital, passa agora a estar "realmente", concretamente, ou melhor, tecnicamente, subordinado ao capital. No processo de trabalho sua condição de objeto não é apenas "formal", mas real, já que o capital (a máquina etc: o instrumento de trabalho) é que estabelece seu ritmo e seus atos.

No processo pedagógico também há essa espécie de saber enquanto *saber fazer* que se incorpora aos métodos e técnicas de ensino. E este saber, a exemplo do que acontece com o saber fazer na produção material, é também suscetível de ser dividido e apropriado pelo capital, embora talvez não de modo inteiramente radical. Este saber pode ser apropriado pelo capital porque ele não precisa estar presente no processo de produção, já que o trabalho humano tem a peculiaridade de poder ser concebido num momento e executado em outro, ser concebido por uns e executado por outros.

Todavia, no processo de trabalho pedagógico está envolvido também outro "tipo" de saber que não pode separar-se do momento da produção. Trata-se do saber enquanto saber "*que se passa*", ou seja, do saber historicamente produzido e que é objeto de apropriação pelo educando. Este saber possui características de "objeto de trabalho" já que é incorporado no produto e não pode, por isso, deixar de estar presente no ato da produção. Portanto, pensada a educação enquanto relação *social* (ou seja, entre pessoas) em que se dá a apropriação do saber historicamente produzido, é impensável a expropriação do educador-trabalhador desse saber. Parece-me que é esta característica do saber "que se passa" no trabalho pedagógico que opõe resistência à generalização do modo de produzir especificamente capitalista na escola, ou seja, que dificulta a radical "parcelarização" do trabalho docente com a conseqüente apropriação radical do saber do educador e a subordinação *real* do trabalho ao capital.

Existe outro aspecto do trabalho pedagógico que tem relação com tudo o que foi dito até aqui, mas que não diz respeito precisamente à natureza de seu conteúdo

e sim à "forma social" (Marx) que ele assume em nossa sociedade. A esse respeito, muito embora ensino público e ensino privado estejam inseridos na mesma sociedade capitalista, que possui regras específicas de funcionamento, há que se captar a diferença fundamental que existe na relação social a que está subsumido um e outro. Independentemente do conteúdo de seu trabalho, o professor da escola particular é trabalhador produtivo, na medida em que tal trabalho produz mais valia para o proprietário da escola. Na escola pública, o empregador é o Estado. Este não aplica na educação para auferir lucro; o dinheiro gasto no pagamento dos professores não é empregado como capital, já que não se objetiva a produção de mais-valia. O trabalho do professor da escola pública é, pois, considerado trabalho não produtivo. Todavia, é preciso que essas constatações não se prestem apenas a infundáveis disputas acadêmicas e lucubrações a respeito da natureza mais ou menos capitalista do trabalho do professor e para inferências a respeito de sua identidade "proletária" ou "pequeno-burguesa". A luta do professor por melhores condições de trabalho, especialmente o professor da escola pública, que é o que atende às amplas camadas trabalhadoras da população, parece estar carecendo de elaborações teóricas mais profundas e rigorosas que possam apontar caminhos mais seguros na busca de um ensino universal e de qualidade. É sabido que – como o Estado não visa o lucro com o ensino, mas tão-somente atender, da forma menos dispendiosa possível, as pressões da população – os instrumentos de luta importados dos movimentos de trabalhadores do setor produtivo acabam por ter sua eficiência muito relativizada quando aplicados na luta dos professores do sistema público de ensino. Os professores já sabem que uma greve na empresa privada começa a dar prejuízo e pressionar o proprietário, em seus primeiros momentos. No ensino público, o poder de pressão dessa medida é muito menor e, às vezes, até inverso, já que a greve, em termos econômicos, costuma dar vantagens ao Estado, que deixa de gastar com o custeio das escolas. Não se quer, com isso, sugerir que os trabalhadores do ensino renunciem aos mecanismos tradicionais de luta por melhores salários e condições mais adequadas de trabalho. Mas é preciso que se atente para outro aspecto de extrema relevância não apenas para os interesses dos professores mas também para a melhoria da qualidade do ensino. Trata-se da necessidade de se tomar consciência da importância determinante que representa em sua luta a natureza do trabalho que desempenha. Este trabalho só terá uma importância social que justifique a atenção do Estado de modo significativo a ponto de não ter outra alternativa senão investir de modo consequente no provimento de ensino para a população, no momento em que as vastas camadas dessa população estiverem convencidas da relevância de tal serviço e se dispuserem a reivindicá-lo. Isto significa que a luta dos professores não pode ser levada com sucesso de maneira desvinculada da luta da população por melhores escolas. Significa que, diferentemente das categorias profissionais que trabalham na iniciativa privada, os professores têm de lutar não apenas por melhores condições de trabalho, mas também (e até com antecedência lógica) pela afirmação do objeto de seu

trabalho. Isto requer uma prática de luta que não pode deter-se no âmbito apenas econômico-corporativo. É preciso uma consciência política que perceba, para além dos interesses imediatos, os interesses estratégicos e políticos mais amplos que unificam as categorias profissionais e, para além delas, as lutas populares na esfera de reprodução. O que a constante e inexorável queda dos salários e do prestígio dos docentes do ensino público nas últimas décadas parece evidenciar é precisamente esta peculiaridade do movimento trabalhista dos professores. Um trabalhador da produção privada capitalista pode conseguir importantes ganhos econômicos em suas lutas por melhores salários e condições de emprego, mesmo permanecendo no nível meramente econômico-corporativo (Gramsci) de lutas. O professor, entretanto, pela natureza do trabalho que exerce e pelos fins a que serve a educação, precisa avançar mais, atingindo um nível de consciência e de prática política que contemplem sua articulação com os interesses dos usuários de seus serviços.

### Referências bibliográficas

- ARROYO, Miguel González. *Mestre, educador, trabalhador: organização do trabalho e profissionalização*. Belo Horizonte, 1985. [Tese de Titular. UFMG-FE]
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, s.d. Livro 1, 2 v.
- MARX, Karl. *O capital: Livro I, Capítulo VI (inédito)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- MAZZOTTI, Tarso B. *Educação como tecnologia: ensaio sobre as transformações do trabalho docente*. São Carlos, 1979. Dissertação de Mestrado. UFSCar.
- PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. 5ª. ed. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1991.
- SÁ, Nicanor Palhares de. *O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola*. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n.57, p.20-29, maio 1986.
- SAVIANI, Dermeval. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1984.

(Recebido para publicação em 26.10.92 e liberado em 04.03.93)

